



Admonet in somnis et turbida terret imago.

Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

LISBOA 30 DE JULHO.

A insurreição vai succumbindo. A folha official informa-nos que o paiz suspira por se submeter ao despotismo da cõrte, apresenta em debandada as forças populares, commemora o numero dos apresentados em toda a parte, e em todas as direcções; e como para fazer um notavel contraste de tudo isto publica as proclamações dos invasores hespanhoes.

Mendes Vigo occupa Valença e outras terras do Norte com uns poucos de mil homens. Fez a sua entrada triunfante em 3 de Junho.

Manoel de la Concha entrando por Bragança apresenta-se em frente de Porto com o seu exercito. Proclamou em 16 do mesmo mez.

Norzagaray tomou conta d'Elvas a 25 e ali proclamou tambem ao seu povo, a este povo que elle cuida já que é delle.

São tres documentos curiosos estas proclamações, são tres documentos de vergonha que a cõrte de Lisboa não se peja de publicar.

Mendes Vigo entra como soberano, disparte os premios e os castigos: as attribuições magestaticas, a jurisdicção dos tribunaes, tudo está reunido nelle «Portuguezes! (diz elle) não desattendais as minhas ordens, que são tão simples como fãceis de cumprir. Aquelles que as observarem podem contar com o meu apoio, «mas os que as desattenderem não terão direito de se queixarem, se cumprindo os meus deveres, os castigar severamente por mais pe-nosa que me seja essa necessidade.»

As columnas do *Diario* estão manchadas com esse insulto, que não é feito a um partido mas á nação. E o governo faz galla do Sanbenito, alardêa essa ameaça, considera-a como prova de amisade, porque a sua maxima é — *il faut que je vive*. A nação geme e chora, é o leão da fabula que moribundo levou couces do ju-mento.

O general Concha acrescenta o escarneo ao insulto.—Esse vem pagar uma divida, sim vem. Os portuguezes foram ajudar a plantar na Hespanha a liberdade, os hespanhoes veem hoje sustentar aqui o despotismo! O conde das Antas commandou alli uma expedição de homens livres, contra esse mesmo conde, contra essa

mesma divisão marcham hoje os batalhões de Castella! E veem pagar uma divida! Sim, veem; é como os despotas as costumam pagar.

A entrada dos hespanhoes no Minho, e Trazos-Montes tem uma explicação. O Porto, o baluarte da liberdade, ainda resiste. A Hespanha é logica querendo esmagar os seus heroicos defensores. Aonde existir uma faisca de brio e independencia nacional deve ella apparecer para ajudar a suffoca-la. Os inglezes já nos aprisionaram aleivosamente duas famosas divisões; mais de doze mil homens populares temos hoje fóra do combate; e ainda nem assim esse poltrão do Saldanha ousa encarar de face a nossas legiões. Ainda chama, ainda espera pelos castelhanos. Se não se conhecesse a sua cobardia dir-se-hia que tinha interesse na prolongação da guerra, que queria ainda jogar duas mãos de monte aonde perde o dinheiro que lhe mandam para o pret dos soldados, que queria viver mais tempo vida regalada á custa do pobre thesouro portuguez.

Mas se no norte se pôde explicar a invasão como é que se pôde justificar no sul? Que vem fazer a Elvas tarde e a más horas esse temeroso exercito auxiliar? Que significa uma invasão depois que não ha inimigo para se combater? A quem auxilia esse exercito depois que não ha precisão de auxilio?

Isto não tem senão uma explicação, é o desejo de invadir, é o desejo de humilhar esta nação, é uma entrada talvez para mais não sahir.

O final da proclamação do Norzagaray é significativo. Diz assim:—«Espero que recebeis «os nossos soldados como irmãos, e que esta «prova de concordia se affiance até ao ponto «que se reconheça para sempre como uma ne-«cessidade a mais estreita e cordial alliança en-«tre ambas as nações a quem já collocou uni-«das a natureza.»

Sim! a recordação vem muito a tempo, e esperamos que os inglezes tomem nota della. Foi este general o mais sincero dos alliados, revelou todo o pensamento da intervenção, e agora só falta saber como se ha de dividir a preza.

Corre que sir Seymour desejava impedir es-

ta entrada, mas o governo hespanhol instado pelos moderados, e estimulado pelas declarações ineptas do ministerio Russell no parlamento inglez, quer tomar parte activa na contenda. Lansdowne, Macaulay, Russell e Palmerston disseram — *interferimos para não interferir a Hespanha*. O gabinete de Madrid conheceu a affronta desta desculpa, e quer desforrar-se della. A Inglaterra queria fazer seus todos os fructos da intervenção, que aliás imputava á Hespanha, e o ministerio hespanhol anda avisado quando se recusa a representar um papel de escudeiro de lord Palmerston, e quer tirar as vantagens da interferencia já que lhe querem lançar ás costas a responsabilidade della.

A questão para os alliados é qual delles ha de governar; para nós é por qual dos tres ha venos de ser governados. Essa cousa que ali se chama rainha não entra já em linha de conta porque abdicou a realza quando chamou os estrangeiros, e por isso deixou de reinar de facto e de direito. É a protegida das tres potencias como a rainha de Pomaré o é da França, e assim como uma foi protocolisada em 6 de Fevereiro, tambem a outra o foi em 22 de Maio. A condição de ambas é a mesma: a carta não existe já, e no parlamento inglez proclamou-se alto e bom som que o protocollo era hoje o nosso direito publico, isto é, um direito que nós foi imposto por tres nações. O agente francez exclamou ao povo de Papetoai, na ilha de Moorea, do seguinte modo: «Annuncio com prazer a todos vós que estais reunidos neste ponto que está solidamente restabelecida a paz, e que o paiz vai de novo entrar na senda da prosperidade. A rainha Pomaré chegou e se submetteu immediatamente ao governo do protectorado, tal como está estabelecido hoje. Faço-vos saber que em nome do rei Luiz Philippe a restabeleço nos seus direitos e auctoridade a qual ha de exercer daqui em diante como rainha reconhecida no governo do protectorado (seguein-se as assignaturas). (1)»

As proclamações dos nossos protectores são feitas pelo mesmo theor. As exigencias dos alliados, os compromissos da rainha são os mesmos!

Nestas circumstancias essa pobre rainha, que foi, não tem um braço portuguez que a defenda da usurpação que lhe fazem, e que ella provocou. Importa-nos pouco que dominem os hespanhoes, os inglezes ou os francezes, uma vez que domine qualquer delles, uma vez que per-

demos a nossa nacionalidade e independencia. Menos inimigos serão os que nos tractarem menos mal.

A usurpação ha se de completar porque os brios nacionaes foram abatidos, e não poderão ser jámais excitados pelas vozes nem pelas lagrimas dessa mulher perjura que nos vendeu, a nós, que eramos os seus legitimos e verdadeiros defensores, a nós que morriamos por ella. Com o exercito do Saldanha não pôde ella contar porque os alliados conhecem a fraqueza desses portuguezes degenerados; com os populares ainda menos, porque esses não derramam o sangue outra vez por quem os trahiui. A causa delles está para sempre separada da causa da rainha; e se tomarem vingança um dia será de todos aquelles que os offenderam.

Resolveram que não fossemos nação, a rainha assignou essa resolução fatal, ou antes provocou a. Ella pôde abdicar, mas nós ficamos livres de todos os nossos juramentos. Se podermos ser livres, se-lo-hemos um dia; e se Deos nos quizer castigar fazendo-nos sobreviver á perda da nossa liberdade, elle nos designará o senhor que mais convier aos altos desiguos da providencia.

A Inglaterra ha se de arrepender da sua politica grosseira e sem alcance. Os seus estadistas hão de conhecer, mas já tarde, que a brutalidade das maneiras pôde esmagar o corpo mas não subjugam o espirito.

Arranjem-se como quizerem. Dividam a preza á sua vontade, mas lembrem-se que a vingança dos escravos ás vezes é a mais terrivel.

Parece que o partido popular não tirou vantagens nenhuma immediatas da discussão no parlamento inglez, mas tirou immensas vantagens moraes. Ninguem ousou pleitear alli a causa da rainha, todos a stigmatizaram, todos marcaram com o ferrete da infamia esse odioso partido cabral; todos fiseram justiça á santidade da nossa causa.

A defeza do ministerio foi miseravel — nem defeza elle tinha. E nós sabemos a razão. Não houve para tal procedimento motivo algum honesto: o direito, os precedentes, as opiniões do mesmo gabinete Palmerston eram contra a interferencia. Mas o gabinete de popular fez-se cortezaõ, quiz valer a um Gotha, quiz salvar a espada *ferrugenta* do Fernando, e por isso traui os seus proprios principios.

Não lamentamos esse successo. Talvez lord Palmerston tenha de se arrepender, talvez a Inglaterra mais tarde ou mais cedo conheça os erros da sua politica grosseira, talvez fizesse bem mal a essa miseravel familia Gotha a quem quiz fazer a côrte. Lord Palmerston só fez abortida uma rainha que se não podia ser amada poderia ser tolerada; deu a ultima cavadella na sua sepultura, e ou terá de espécar continua-

(1) O *Moniteur* publicou este protocollo a 23 de Maio, no dia immediato áquelle em que se assignou em Londres o protocollo a respeito de Portugal. O nosso *Diario* de 11 de Junho copiou-o! Isto foi sem duvida para mostrar que havia precedente, e que D. Maria da Gloria não tinha de que se queixar. Recommendamos a leitura deste *Diario*.

mente esse throno deshonrado ou elle cabirá com o pezo da sua propria deshonra.

Portugal está exhausto, não pôde com o luxo dessa realza gulosá e sybarita, não pôde sustentar esse bando de estrangeiros, aves de arribação, que vem ahi todos os annos fartar-se á custa da barba longa, e levar para a sua terra as jóias da nossa corôa de que o seu parente dispõe como se fossem delle. Mande-lhe lord Palmerston libras esterlinas já que nos impõe uma administração dissipadora, já que repelle os governos populares e economicos. Não podemos mais: alliamos ao mar essa carga pezáda.

Não: Portugal não pôde pagar tanto a uma rainha que não sabe ser rainha. Trezentos e sessenta e cinco contos de réis para ella, cem para seu marido que não tinha 400\$000 réis de seu, vinte para o príncipe real que ella se envergonha de sustentar, dez para cada um dos outros filhos e para os que vierem nascendo como se Deus nos quizesse flagellar com uma descendência que é um raio do Céu, é muito para uma nação sem liberdade, para uma nação cuja maioría morre de fome, para uma nação que não é independente.

Mas ouçamos os mesmos inglezês. — Vejamos a sessão de 15 — Olhai para o que diz dos cabraes que nos governam, sir Robert Peel, esse homem que por considerações estranhas não deu um voto de censura do seu governo. Vede como os nossos inimigos são avaliados, e depois decididos.

A opposição vendo os inconvenientes da mudança de politica retirou a noção, e só pediu que se mandasse sair daqui o intrigante e faccioso Wilde, no que o ministerio consentiu.

Ahi vai essa melhoravel sessão de 15 :

Câmara dos lords.

Sessão de 15 de Junho.

« Lord Stanley — A nossa interferencia em Portugal ataca os direitos daquella nação independente, tem á nota de parcial, e ha de causar graves embaraços á Grã-Bretanha. Devemos mostrar ao paiz, á Europa, á geração presente e á posteridade que não approvamos a conducta do governo nestá parte. O gabinete fez o que julgou ser o seu dever, facamos nós o que nos cumpre. Essa convenção ou tractado é a violação dos principios da lei internacional (ouçam, ouçam) é a violação d'um grande principio fundamental, não é reclamada por nenhum tractado — não, antes é contraria aos tractados que temos com Portugal — esta mediação não tem sido imparcial, a execução desse tractado convenio em boa fé é difficilissima senão impossivel, e conduz o paiz a um perpetuo labyrintho de complicações que hão de causar os mais sérios

embaraços ás nossas relações e politica estrangeira (ouçam, ouçam). Vimos já duas revoluções n'uu paiz visinho, no estado mais forte da Europa; e guardámos a maior neutralidade quando foi decapitado Luiz 16, e não interferimos para restabelecer em França a tyrannia de Carlos X. A maxima de Inglaterra foi sempre o principio da não intervenção. Observamo-la mesmo a respeito de D. Miguel. Lord Palmerston em 1829 sustentou este mesmo principio — isto é — que cada nação tinha o direito de se reger como quizesse, e que os tractados para com Portugal só nos obrigavam a livra-lo d'uma invasão estranha.

O nobre lord historiou a vida publica do Cabral, que de exaltado septembrista passou a ultra-absolutista, fez uma resenha dos roubos e prevaricações da sua administração, explicou a origem da revolução de 1846, o modo indecente como o duque de Palmella foi demittido, como se formou a administração Saldanha que era cabralista pura, tanto assim que até M. Bulwer escreven de Madrid a lord Palmerston dizendo que *Saldanha era outro Cabral*. Mostrou que todas as leis liberaes foram abolidas, que se resuscitaram os decretos irritantes dos Cabraes, que se suspenderam as cortes, as garantias constitucionaes, e que se mandaram os prisioneiros para Angola. Mandou se a Portugal o coronel Wilde como medianoiro e tornou se logo um faccioso. As cartas entre elle e o Saldanha assim o demonstram. Os insurgentes estavam de posse de todo o paiz, a causa da rainha era desesperada. Diz-se que nós interferimos porque Hespanha e Inglaterra queriam interferir. Isso não é rasão. O caso é se tinham direito de interferir. Os ministros da corôa como conservadores da fé dos tractados deviam obstar á essa interferencia. Mas não havia perigo della, e se o houvesse bastaria que nós distissemos — *o primeiro homem armado que atravessar as fronteiras provoca uma guerra com a Inglaterra*. Pensais que a Hespanha mandaria marchar um só soldado?

Mas que tendes vós feito? Prevenistes a effusão de sangue? Concedo. Mas com que risco? Destes algum passo para o arranjo da questão? (applausos.) Ganhastes alguma cousa para Portugal, para vós mesmos? Ganhastes a gratidão pessoal da rainha de Portugal? Talvez. Salvastes o seu throno que nunca esteve em perigo senão pelo seu máu governo (muitos applausos). Salvastes o throno que ella podia ter salvo por uma concessão pacifica feita a tempo (applausos). Mas ao mesmo passo que salvastes o throno humilhastes a soberana. Impozestes-lhe condições, que ainda que justas em si, são reconhecidamente de um caracter inconstitucional (ouçam, ouçam). O throno de Portugal está ameaçado pela sua base. Offerecestes condições. Essas condições que os ministros portuguezes

e conselheiros hespanhoes não tolerariam, foram as que se estipularam n'uma amnistia para os membros da junta, os quaes, se não fosse a vossa interferencia, haviam de dictar essas condições, e não as acceitar (applausos). Pensais que estabelecestes e confirmastes os sentimentos de antiga amisade que ha tanto tempo subsistem entre Portugal e Inglaterra? Não o dirá Portugal, antes pôde dizer sem exaggeração — D'ora ávante « a tyrannia pôde fazer o que quizer segura de « que no ultimo momento será salva das justas « consequencias da indignação popular pelo es- « cudo estrangeiro que' lhe offerece a Inglaterra « (applausos). D'ora ávante a liberdade portugue- « za é apenas um nome vão, pois qualquer que « seja o aggravo, qualquer que seja a offensa, « por mais unanime que seja o sentimento da na- « ção, por mais determinada que seja a contenda, « e por mais feliz que seja o resultado, no ultimo « momento os fructos constitucionaes da victoria « serão arrebatados aos partidistas da liberdade, « que ficarão privados do que tinham conquista- « do pelo seu valor e privados de mais a mais « por invasores estrangeiros, pela interferencia de « França e Hespanha, ajudada pelos conselhos e « armas da Inglaterra (muitos applausos). » O no- bre lord concluiu — que os papeis apresentados á camara não justificavam a interferencia nos negocios internos de Portugal por força d'armas.

Camara dos Communs.

Sessão de 15.

« Sir Robert Peel — Penso que a mudança do governo na route de 6 d'Outubro de 1847, a inesperada demissão do duque de Palmella, e o modo porque essa demissão fora dada, contribuiu muito para diminuir o respeito do povo para com o throno (ouçam, ouçam). De tudo tenho concluido que é de absoluta necessidade que o poder de Inglaterra seja exercido para acalmar estas desintelligencias, mas nunca para sustentar medidas ou actos arbitrarios. Tenho visto, e digo isto com vergonha e pesar, que um homem illustre, o duque de Palmella, foi exilado da sua patria (ouçam, ouçam). Vejo com sentimento que o mais sabio dos politicos portuguezes — o homem que fora o ornamento dos estadistas do seu paiz — o homem que em 1844 e 1845 se associara com os maiores diplomaticos da Europa para lançar as bases fundamentaes dessa paz geral que tem durado 35 annos — vejo sim com pungente dôr, que esse homem o mais eminente dos subditos da rainha de Portugal, fora banido da sua patria (ouçam). E porque? Porque desejava governar com fórmas constitucionaes (ouçam, ouçam) porque em suas relações com os homens publicos, com os estadistas da Europa, aprendera talvez melhores principios de governo constitucional de que esses que são, e tem sido,

os conselheiros ordinarios da rainha de Portugal (applausos). Lí a lei eleitoral por elle sancionada, vi a resolução que tomou de convocar as cortes, vi os conselhos que déra contra medidas de crueldade, vi tndo isso, e não posso deixar de confessar que reflecte eterna vergonha sobre os homens publicos que consentem que elle viva exilado da sua patria (applausos). Penso que o governo de 6 d'Outubro commetteu um dos maiores erros que se podiam commetter porque recorreu a um *golpe d'estado*, que é um perigo real para evitar um perigo imaginario (ouçam, ouçam). Foi o grande erro do governo de Carlos X. Foi o erro dos conselheiros da rainha de Portugal que propozeram a demissão do subdito mais fiel daquella soberana e o mais habil estadista de Portugal. Fallo do mesmo duque de Palmella (ouçam, ouçam). Se o perigo imaginario fosse real, a verdadeira politica daquelle como de qualquer outro governo, seria impedi-lo por meios constitucionaes (ouçam, ouçam). O conselho do golpe d'estado assentou na supposta analogia do que occorreu no reinado de Luiz XVI, quando se disse que a monarchia se perdera por não tentar alguma cousa igual a esta. O pertendido perigo com tudo nunca se seguiria porque esse programma dos septembristas, com que se faz tanta bulha, não era senão um manifesto eleitoral (ouçam, ouçam)!!! E era isto rasão sufficiente para se porem de parte as liberdades constitucionaes do paiz (ouçam, ouçam?)

« Tenho cumprido o que prometti affoutamente e com franquesa. Expuz a minha opinião como individuo particular; depois da leitura dos papeis que tenho diante de mim, não posso concordar n'um voto de censura ao governo. Direi em conclusão que se não forem banidos os maus conselheiros que cercam o throno portuguez (um deputado — elles serão banidos) eu sinceramente acredito que se a facção que se chama cabralista, e que sem duvida é digna do nome que assumiu; se simillhantes homens, e simillhantes principios continuarem a influir nos negocios de Portugal, então não ha segurança de paz, não ha segurança de sentimentos de affeição para o throno (ouçam) — e então, em verdade, não estará no poder de Inglaterra prestar conselho ou dar aquella protecção, que eu penso ella pôde livremente dar, e livremente prestar, e que espero será effectiva para o unico fim a que se destina — isto é — sustentar uma antiga monarchia, e obter dessa antiga monarchia garantias de liberdade constitucional.

A' ULTIMA HORA.

Corre como certo que os alliados acceitaram as propostas que a junta do Porto offerecera para a sua entrega, uma das quaes era não entrar no Porto a força do Saldanha.